



Tecnoburocracia e Classe Social: Algumas Questões Conceituais e Mobilidade Interna

■ **Gustavo Luis Gutierrez**
Doutor em Organização e RH pela EAESP/FGV
e professor de Sociologia do Trabalho da UNESP

* **RESUMO:** Este texto objetiva apresentar as principais interpretações a respeito do papel da tecnoburocracia no conjunto das relações sociais, como suporte para uma especulação sobre fatores como solidariedade e participação no produto do trabalho social, característicos deste grupo.

Para tanto, desenvolve um levantamento inicial de alguns dos principais autores que se preocupam com o tema.

* **PALAVRAS-CHAVE:** Tecnoburocracia, trabalho, marxismo, classe social, autogestão.

* **ABSTRACT:** This paper intends to present the mainly of the technobureaucracy pattern on the social relationship, as well as support factors of the solidarity and the participation of the social work product, characteristic of this group.

For that, develops an initial data of the most important authors who concern about this matter.

* **KEY WORDS:** Technobureaucracy, work, marxism, social class, self-government.

INTRODUÇÃO

Parece fácil perceber a importância do conceito de classe social no conjunto da produção científica da área de humanas. A própria vivência em sala de aula ou em debates, acadêmicos ou não, demonstra a curiosidade que desperta a articulação desse conceito, bastante vago na sua definição, com a interpretação da realidade social e do papel de seus agentes.

Intuitivamente, as pessoas sentem-se como pertencentes a uma classe e excluídas de outras. Sem precisar de uma reflexão mais demorada sobre a distribuição social de riqueza, poder e prestígio, as pessoas reconhecem-se através do discurso e de um código simbólico. É natural, portanto, que, depois de um esforço teórico no sentido da compreensão dessas questões, haja uma certa curiosidade em classificar os agentes sociais enquanto classe social, ou não.

Este texto propõe-se a apresentar a posição de diversos autores quanto à questão específica da classificação da tecnoburocracia como classe social, e discutir um pouco suas formas de interação e mobilidade interna.

Dentro dessa linha de raciocínio, definiu-se primeiro a tecnoburocracia como ela se percebe, enquanto grupo social diferenciado, ao nível do discurso. A seguir, o objeto é apresentado segundo sua interpretação original na obra de Marx e Engels e, depois disso, para ilustrar exemplos de interpretações influenciadas pelo marxismo, foram distanciadas das teses originais, extraíram-se alguns trechos das obras de Luiz C. Bresser Pereira e João Bernardo.

Num segundo momento do artigo, e acreditando que a exposição anterior tenha conseguido mostrar, mesmo que muito rapidamente, a diversidade de interpretações possíveis do fenômeno tecnoburocrático, partiu-se para a elaboração de um comentário a respeito das diferenciações internas na articulação desses gestores que, confrontadas com uma participação diferenciada no produto do trabalho social, permitem vislumbrar uma definição própria de solidariedade intragrupo.

Para efeito deste texto, tecnoburocracia e gestores foram considerados como tendo, basicamente, o mesmo significado, embora seja possível encontrar esses termos inseridos em contextos teóricos onde possuem diferenças significativas.

COMO ELES SE PERCEBEM

Não é necessário transcender o nível do empírico para notar que a tecnoburocracia desempenha um papel fundamental no jogo de forças sociais e políticas que compõem a nossa sociedade. Ultrapassar esse nível, para desenvolver uma interpretação mais complexa e articulada, contudo, apresenta enormes dificuldades. Não existe consenso em praticamente mais nada do que se refere ao papel social da tecnoburocracia.

O primeiro passo numa caminhada por entre as diversas interpretações possíveis, algumas complementares, outras excluídas, pode ser dado a partir de como o grupo, em si, diz que se percebe socialmente. Convém notar que os gestores parecem, hoje, menos preocupados com essa questão do que estavam algumas décadas atrás. Isto porque, dirão alguns, a questão não tem importância real ou, como dirão outros, a autotamuflagem enquanto classe faz parte de sua estratégia de dominação social.

Um artigo, publicado em *Cadernos de Administração Pública* em 1954, fazendo referência à teoria de James Burhan, tem um capítulo intitulado "A Hegemonia dos Administradores", onde o autor comenta que, embora a posse legal dos meios de produção ainda esteja nas mãos dos capitalistas, "no curso das últimas décadas, a administração real dos instrumentos de produção tem resvalado, constantemente, e cada vez mais, das mãos dos capitalistas para os administradores. É que a administração dos ramos mais importantes da indústria moderna transcende o privilégio legal da posse e requer, demanda, exige competência especializada de primeira água."¹

Pode-se citar também que "(...) Um fato sabemos: se a sociedade continuar a desenvolver-se como até agora, o administrador de empresas do próximo milênio tornar-se-á pessoa de importância crucial, pois terá nas suas mãos o bem-estar do Estado e da população".² Ou ainda, como comenta Peter Drucker: "Os homens de negócios são os únicos que tiveram desempenho real. Isto é tão óbvio para toda a população que, na verdade, nem lhe ocorre que haja limitações naquilo que podemos fazer."³

Por essa pequena amostra, o que se pode concluir é que os tecnoburocratas se percebem como um elemento fundamental na sociedade moderna, portadores únicos de soluções eficientes ou, pelo menos, portadores das soluções mais eficientes possíveis, responsáveis pelo Estado e pela

1. SILVA, Benedicto. "A era do Administrador Profissional". *Cadernos de Administração Pública*, Rio de Janeiro, EBAP, 1954, pp.60-1.

2. URIS, Auren. *Novos Rumos em Administração de Empresas*. São Paulo, Cultrix, 1974, p.250.

3. DRUCKER, Peter. "O Novo Papel do 'Management' - O preço do sucesso". In: KHAN, Hermann (org.). *O Futuro da Empresa*. São Paulo, Melhoramentos, 1975, p.48.

população e, finalmente, desvinculados da defesa de interesses específicos de classe ou grupos, já que buscam apenas soluções ótimas do ponto de vista técnico, com as limitações inerentes a esse processo.

Essa forma de interpretação pode ser definida como não-crítica, já que deixa de incorporar a idéia de conflitos na apropriação diferenciada do produto gerado pelo trabalho social.

Uma interpretação distinta, porém ainda não marxista, é a desenvolvida por Mannheim. Esse autor, cuja obra passa por uma crítica ao totalitarismo nazi-fascista, considera possível o controle da tecnoburocracia pela população, num processo democrático. *"Coordenação e planejamento podem ser feitos estribados no aconselhamento democrático. Nada há para impedir a maquinaria parlamentar de efetuar o controle necessário em uma sociedade planificada."*⁴

Ou seja, passa-se aqui a aceitar que a tecnoburocracia pode vir a atuar descolada dos interesses da maioria da população, em função de interesses próprios ou de grupos específicos, embora seja possível controlá-la através do correto funcionamento de mecanismos democráticos.

Esses autores, ao contrário dos marxistas, não dividem a sociedade, necessariamente, em duas classes fundamentais, definidas a partir de suas posições com relação ao modo de produção, mas percebem as classes sociais a partir de aspectos externos como riqueza, poder e prestígio. Não é, portanto, para o modelo adotado, vital a definição da tecnoburocracia enquanto classe, podendo tanto sê-lo, como compartilhar com outros agentes sociais similaridades tais que permitam classificá-la conjuntamente.

A INTERPRETAÇÃO MARXISTA

Existe a impressão, relativamente difundida, de que Marx e Engels não teriam imaginado até que ponto a tecnoburocracia chegaria a ocupar espaço na sociedade moderna. Daí se justificaria a relativa pouca importância que algumas interpretações de autores, que procuram situar-se o mais próximos possível das raízes dessa linha de pensamento, radicais ou ortodoxos, portanto, costumam dar ao fenômeno.

Bem, independente do fato de que é compreensível que alguns autores se apeguem aos conceitos fundamentais do marxismo de forma mais rígida do que o pró-

prio autor original, a impressão acima é apenas parcialmente correta.

Marx e Engels consideram, resumidamente, que o controle da sociedade por uma tecnoburocracia, com o desaparecimento, inclusive, da burguesia, ou sua transformação em classe rentista, não altera a natureza do capitalismo, permanecendo válida a análise anteriormente desenvolvida.

Engels, num artigo de 1881, escreve o seguinte: *"As estradas de ferro e boa parte das embarcações a vapor de grande tonelagem não são propriedades de capitalistas individuais que dirigem seus próprios negócios, mas sim de sociedades por ações cujos negócios são dirigidos por servidores remunerados, por funcionários que ocupam, de todos os pontos de vista, posições superiores e são melhor remunerados do que os operários comuns. Quanto aos diretores e acionistas, ambos sabem muito bem que quanto menos os primeiros (os diretores) interferirem na direção e os segundos (os acionistas) na supervisão, melhor para seus negócios... Uma frouxa e principalmente superficial supervisão é, de fato, a única função que permanece nas mãos dos proprietários das empresas. Assim, pois, vemos que, na realidade, a única atividade reservada aos proprietários capitalistas destas gigantescas empresas é a de cobrar semestralmente seus dividendos. A função social dos capitalistas foi transferida, aqui, para empregados a soldo da empresa; mas o capitalista continua a embolsar, sob a forma de dividendos, o pagamento por aquelas funções, embora tenha deixado de desempenhá-las."*⁵ O autor vai desenvolver a idéia de que a única classe historicamente necessária é a classe trabalhadora, em qualquer época.⁶

O mesmo Engel escreve que *"... a transformação das grandes empresas de produção e de circulação em sociedades por ações e propriedade do Estado, mostram a possibilidade de prescindir da burguesia, pois empregados assalariados cumprem atualmente todas as funções sociais do capitalista... Mas nem a transformação em sociedades por ações, nem a transformação em propriedade do Estado, priva as forças produtivas de serem propriedade do capital; o caso é evidentiíssimo para as sociedades por ações... O Estado moderno, qualquer que seja a sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista; é o Estado dos capitalistas; é o capitalista coletivo ideal."*⁷

Marx, por sua vez, no livro terceiro do *Capital*, escreve o seguinte:

"Que 'a alma do nosso sistema industrial' não são os capitalistas industriais, mas os managers industriais, já tinha sido observado pe-

4. MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961, p.6; consultar também MANNHEIM, Karl. *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*, São Paulo, Mestre Jou, 1972, por exemplo, p.264.

5. ENGELS, Friedrich. "Classes Sociais Necessárias e Supérfluas". *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Livr. Editora Ciências Humanas, 1978, p.15.

6. Idem, *ibidem*, p. 13.

7. ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Madrid, Ciencia Nueva, 1968, p. 302.

lo Sr. Ure... A própria produção capitalista chegou ao ponto em que o trabalho de direção superior, totalmente separado da propriedade do capital, anda pela rua. Tornou-se, portanto, inútil que esse trabalho de direção superior seja exercido pelo capitalista. Um regente não precisa absolutamente ser proprietário dos instrumentos da orquestra, nem faz parte de sua função de dirigente que ele tenha algo a ver com o 'salário' dos demais músicos... Após cada crise, pode-se ver, nos distritos fabris ingleses, um bom número de ex-fabricantes que supervisionam, por salário modesto, as fábricas que antes lhe pertenciam, mas agora, como dirigentes dos novos proprietários, muitas vezes seus credores... Uma vez que, por outro lado, o mero dirigente que não possui capital a título algum, nem por empréstimo, nem de qualquer outra maneira, exerce todas as funções reais que cabem ao capitalista funcionante como tal, fica apenas o funcionário e desaparece o capitalista como figura supérflua do processo de produção."⁸

São inegáveis a racionalização e a eficiência imprimida à produção, sob o controle do gestor a serviço da iniciativa privada.

Não se pretende fazer aqui, a partir de poucas citações, uma interpretação exaustiva do conceito através de uma obra monumental como a de Marx e Engels. Contudo, é importante destacar que, partindo dos aspectos referidos, pode-se definir como um dos cortes teóricos básicos entre autores que procuram avançar esta obra sendo o mais fiel possível à sua origem, e autores que rompem com algumas de suas premissas, a aceitação, ou não, do caráter capitalista da sociedade contemporânea.

Ou seja, a maior ou menor importância social dos gestores, com inclusive o desaparecimento do capitalista individual, não altera necessariamente o caráter capitalista da sociedade. Pode-se considerar até, nessa perspectiva teórica, senão provável pelo menos previsto, que a administração da sociedade, em determinados momentos, fique a cargo do "empregado a soldo da empresa", o "manager, alma do sistema industrial".

O aspecto central, portanto, para discu-

tir a inserção da tecnoburocracia na sociedade atual, de forma a dialogar com essa teoria, não passa pela avaliação de sua importância e peso no jogo de forças sociais, mas sim pela definição da natureza da sociedade contemporânea enquanto sociedade capitalista ou, pelo contrário, como algo pós-capitalista e distinto. Outra forma de diálogo consiste em alterar uma de suas premissas, aceitando as demais como corretas. Tentarei ilustrar esses dois casos a seguir.

OUTRAS INTERPRETAÇÕES

Existem várias opções que podem ser usadas como exemplo. Pelas limitações inerentes a um artigo, optou-se por trabalhar com os modelos desenvolvidos por Luiz Carlos Bresser Pereira e João Bernardo, enquanto autores com influência marxista, porém mantendo um distanciamento com relação à proposta original.

Luiz Carlos Bresser Pereira escreve o seguinte: "Ao invés do socialismo, o que vemos em todo o mundo hoje, seja nos países que ainda mantêm a propriedade privada dos meios de produção, seja naqueles que já a aboliram, é o poder político e econômico ir-se concentrando em um novo grupo sócio-econômico — o grupo dos tecnoburocratas ou simplesmente tecnocratas — e assim ir surgindo um novo sistema político e econômico: a tecnocracia, ou tecnoburocracia, ou tecno-estrutura, ou tecnocratismo, termos para nós sinônimos, ainda que possam ter conotações algo diversas. Nesses termos, a etapa imediatamente posterior ao capitalismo é a tecnoburocracia. A história do mundo hoje é a da transição do capitalismo para a tecnoburocracia e não para o socialismo. Este, em termos muito diversos dos previstos por Marx, provavelmente ainda deverá ocorrer, mas no momento assistimos em todo o mundo à tomada do poder não pelos operários, mas por técnicos, burocratas e militares".⁹

Mesmo considerando a simplicidade do modelo, o autor tem o mérito de mostrar de forma clara e original sua posição a respeito do tema, assim como as divergências com relação à sua leitura da teoria marxista.¹⁰

A questão básica passa, nesse caso, pelo fato de que o desenvolvimento atual da sociedade a transformou a tal ponto que a tecnoburocracia é, ou tende a ser, a classe dominante; a técnica, o fator estratégico de dominação, enquanto o trabalho braçal vai sendo substituído pela automação. Ou seja, vivemos numa sociedade distinta do capitalismo e não prevista por Marx. João

8. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983, livro 3, cap. XXIV, p.288; consultar também p.299.

9. PEREIRA, Luiz C. Bresser. *Tecnoburocracia e Contestação*. Petrópolis, Vozes, 1972, p.30.

10. Para uma análise crítica da utilização, por Luiz Carlos Bresser Pereira, das categorias marxistas, consultar GIANOTTI, José Arthur. *Filosofia Miúda*. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp.70-5.

Bernardo, por sua vez, e também dialogando com o marxismo, a partir de um extenso esforço interpretativo, sustenta: "*Em meu entender, o Capitalismo é, desde a sua origem, um sistema que articula três classes: a classe burguesa e a classe dos gestores, ambas constituindo as classes capitalistas; e a classe proletária. Eventualmente, pode a burguesia reduzir-se até praticamente desaparecer, como sucede na URSS, por exemplo, ficando então duas classes em presença. Os gestores são assim, na minha opinião, o elemento de continuidade social entre os capitalistas, sendo eles a classe capitalista que se reforça com o desenvolvimento do modo de produção*"¹¹.

Extraída isoladamente, essa citação não faz justiça à originalidade da interpretação do fenômeno tecnoburocrático desenvolvido por esse autor e ilustrada, inclusive, por trabalhos de Fernando C. Prestes Motta e Lúcia Bruno.¹²

Ele não parece, contudo, inovar com relação ao marxismo, quando destaca a importância atual da tecnoburocracia e nem ao sustentar a tendência que esse grupo tem de eliminar a burguesia com o correr do tempo. Já, considerar o capitalismo como modo de produção articulado em três classes fundamentais, ou orgânicas, se é que cabe aqui essa definição, é próprio e original dele, assim como a percepção dos mecanismos de articulação da tecnoburocracia dentro do modo de produção, no sentido de sua vocação hegemônica.

Convém ressaltar que não se trata de desenvolver aqui uma análise em profundidade da extensa obra desses autores, mas simplesmente destacar pontos específicos, como forma de ilustrar algumas alternativas teóricas para a interpretação do objeto analisado.

TECNOBUROCRACIA, FORMAÇÃO DIFERENCIADA E SOLIDARIEDADE

Em todas as interpretações referidas, por mais excludentes que possam parecer entre si, sempre é possível perceber alguma coerência com a realidade imediata e material.

São inegáveis a racionalização e a eficiência imprimida à produção, sob o controle do gestor a serviço da iniciativa privada. Da mesma forma, esse setor da sociedade tem-se beneficiado de uma participação privilegiada nos frutos do trabalho social. Essa participação é mantida e ampliada no tempo, não só por méritos próprios e dedicação ao bem da humanidade, mas por articulações e confrontos

políticos com as demais forças sociais, ao mesmo tempo que se desenvolve um processo de lutas internas ferrenho, onde a incorporação de novos membros e a exclusão de outros possuem não só um componente de origem familiar e a legitimação em instituições de ensino específicas, mas também a avaliação de méritos pessoais, medidos pela capacidade individual de articulação intraclasse e de renovação das condições técnicas de produção.

A interpretação que segue não teria sido possível sem uma reflexão prévia sobre as idéias dos autores citados, e de outros não citados. Convém destacar, contudo, que se trata de uma interpretação pessoal, e que devem, portanto, ser-me exclusivamente computadas as falhas e críticas provenientes de sua leitura.

Parece-me lógico, embora isto possa ser bastante discutido, eleger a unidade produtiva como instância fundamental para compreender a tecnoburocracia, o que não exclui, evidentemente, seu relacionamento com as demais instâncias sociais e a possibilidade de estudá-la adotando diferentes amplitudes, ou seja, privilegiando outros aspectos.

Ao nível da empresa, a tecnoburocracia apresenta diferenciações internas nem sempre solidárias, já que a repartição do produto do trabalho social é relativa e, dentro de determinados níveis, excludente. Em outras palavras, o prestígio do setor financeiro, por exemplo, pode lhe direcionar uma parcela de renda que, em outras circunstâncias, iria para a área comercial, ou de recursos humanos, ou produção, informática etc.

Esse conflito, entre gestores com formação técnica diferenciada, é possível por não existir uma única composição ótima para a distribuição das funções de gerência, entre os vários grupos especializados dentro da empresa.

As diversas combinações possíveis entre departamentos, assessorias, políticas e estratégias implicam em aceitar soluções múltiplas como ótimas, quando se trata de definir uma organização para o confronto com a realidade material.

Essa variedade de compostos adequados, para obter resultados parecidos no desempenho das empresas, contudo, representa uma distribuição diferenciada da parcela de riqueza à disposição de cada grupo de gestores. A estrutura ótima é ainda mais difícil de ser avaliada, objetivamente, se considerarmos que no limite o desempenho da organização deve ser pon-

11. BERNARDO, João. *Capital, Sindicatos e Gestores*. São Paulo, Vértice, 1987, p.69.

12. MOTTA, Fernando C. Prestes. *Organização e Poder*. São Paulo, Atlas, 1986; BRUNO, Lúcia. "A Prática de uma Classe no Vácuo de uma Teoria". In: BRUNO, Lúcia & SACCARDO, Cleusa. *Organização, Trabalho e Tecnologia*. São Paulo, Atlas, 1986.

derado em função de questões conjunturais e pela habilidade de alguns elementos em posições de destaque.

Na prática, ressalvando algumas limitações mais rígidas, o acesso de cada grupo de gestores, com formação diferenciada, ao poder e à distribuição de benefícios materiais, dá-se num confronto de conotação política, medido pela capacidade de expansão da organização no tempo, junto ao mercado específico em que ela atua.

O prestígio de cada área poderia ser considerado, teoricamente, como fruto da eficiência real em melhor dotar a empresa de recursos para esse confronto. Como isto, na realidade, é muito difícil de aferir, em função de questões como as várias combinações possíveis e o segredo tão ao gosto da burocracia, o que acaba ocorrendo é que, paralelo à eficiência de cada grupo de gestores com formação diferenciada, surge como determinante o espaço conquistado para a autodivulgação nos meios de comunicação de massa e imprensa especializada.

O relacionamento com o mercado, então, pode ser percebido a partir de duas vertentes distintas. Por um lado, o mercado é a medida da atuação da organização e, por outro, é o meio através do qual os tecnoburocratas conseguem vender-se a preços crescentes no tempo. Essa expectativa de aumento no valor pessoal, que corresponde a uma participação relativa maior no sobre-trabalho apropriado, passa pela situação social e econômica em geral, por relações e competência pessoais, assim como pelo prestígio conjuntural da área específica de atuação. Ou seja, ao mesmo tempo que é possível perceber, no conjunto dos gestores, uma mobilização articulada com características de classe social, dentro das diversas acepções metodológicas que essa palavra pode ter, também é possível notar que eles se articulam, ou até mesmo se percebem, enquanto mercadoria a ter seu valor maximizado. Dentro de uma análise inicial, como a que está sendo aqui desenvolvida, essa característica parece, senão exclusiva e original dos gestores, pelo menos distinta do que se observa no comportamento das demais classes sociais.

Os gestores comerciais são o exemplo mais acabado dessa estratégia de valorização articulada no mercado de trabalho, nas escolas e nos meios de comunicação. Suas associações profissionais e instrumentos de divulgação específicos, como revistas, congressos e premiações, constituem um

mecanismo permanente de pressão para manter e ampliar o espaço conquistado dentro das organizações, ao mesmo tempo em que desenvolveram uma linguagem e estilo pessoal próprios.

Outro fator importante neste contexto é a prática, entre os gestores, de uma solidariedade instrumental, no sentido do aproveitamento, junto ao processo produtivo, de elementos identificados com essa classe ou grupo, mas seguindo critérios de acordo com limites pessoais de competência.

A inserção de uma pessoa na classe social dos gestores pode se dar por meio de relações simbólicas, familiares e legitimada por instituições específicas. Sua inserção relativa no processo produtivo, e sua maior ou menor participação no sobre-trabalho apropriado, vai depender também dos limites de sua própria competência, avaliada pelos pares, em função não só da habilidade no controle do processo existente de exploração, mas também na reordenação constante do aparato produtivo no sentido de obter maior eficiência e produtividade.¹³

Identificação com a classe e bom comportamento só parecem garantir ao "protogestor", pelo menos numa parte significativa dos casos, a expectativa de uma posição secundária no contexto e uma participação meramente operacional ou representativa com relação ao aparato produtivo.

Isso possibilita ao grupo, considerado como elemento social atuando num ambiente mediado por conflitos de interesses antagônicos, adequar minimamente seu processo de renovação interna no tempo com a natureza da expansão do modo de produção, recompensando de forma seletiva e diferenciada seus membros, de acordo com critérios que, embora não necessariamente explicitados, são quase legitimados por um reconhecimento geral.

Essa quase legitimação também é obtida, e sustentada, pela veiculação de um discurso, com o formato de sagas individuais, onde a competência é apresentada como fruto de dons e obstinação pessoais, o que possibilita aos demais gestores contato com um modelo idealizado e heróico a ser seguido, ao mesmo tempo em que lhes permite perceber limites aparentemente intrínsecos para a recompensa de sua própria competência e justifica, ideologicamente, frente ao todo da sociedade, a participação privilegiada do grupo no consumo das mercadorias produzidas.

O fato de esse discurso camuflar a dimensão coletiva e estrutural, que possibi-

13. Este conceito de eficiência, como uma renovação conservadora inspira-se na definição de crise social adotada por Habermas, enquanto perturbações que atacam a integração sistêmica. Da mesma forma, procura-se incorporar no texto a interpretação que Habermas faz do conceito marxista de formação social, como uma "Sociedade determinada, em cada caso, por um princípio fundamental de organização, que estabelece um espaço abstrato de possibilidades de mudança social". HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el Capitalismo Tardío*. Buenos Aires, Amorrortu, 1975, p.23; consultar também p.16.

lita a ação do gestor, pode ser interpretado como uma forma de preservar o anonimato da classe no conjunto das lutas sociais; ou, então, como, pelo menos parcialmente, mecanismo de manutenção da ordem interna. Em outras palavras, a situação de instabilidade a que estão sujeitos os membros, e a expectativa de poderem vir a sofrer fortes penalidades materiais e emocionais (o que pode ser ilustrado pelos tipos de doenças mais comuns dentro do grupo), paralelamente à inserção e manutenção individual em função de critérios não objetivos, ao mesmo tempo que obtém um máximo de estímulo à produtividade, entendida aqui como a preservação dos privilégios nos moldes da reprodução ampliada da formação social, requer também mecanismos de acomodação e reordenamento interno, compreendidos como uma forma específica de solidariedade intragrupo.

Essa solidariedade, contudo, é distinta da solidariedade comumente definida no âmbito da classe subalterna, fundamentada na identidade de condições de exploração e alienação, e que se manifesta nas tentativas de autodefesa coletivas como, por exemplo, a greve, a sabotagem e a condenação informal do carreirismo. Isto é, pode-se perceber, no contexto da tecnoburocracia, uma solidariedade interna instrumental, que tende a manter seus membros sob forte pressão, num processo constante de cobrança organizacional no sentido da superação. Esse conceito de solidariedade, se pode ser assim chamado, mostra-se distinto das definições comuns de solidariedade, e talvez contribua para a interpretação do fenômeno social.

Resumindo, pode-se dizer que os gestores interagem com outros grupos e classes sociais, num contexto de luta por interesses materiais e simbólicos antagônicos, onde sua atuação tem de original a autovalorização no mercado de trabalho enquanto mercadorias diferenciadas, inclusive entre eles próprios, utilizando-se da concorrência pela fixação de uma imagem de eficiência através da articulação entre a ação material de organizar a produção, a atuação em instituições de ensino e pesquisa e a divulgação por meios de comunicação especializados e de massas. Esse processo possibilita o desenvolvimento de uma solidariedade interna instrumentalizada no sentido da preservação dos privilégios do grupo, desde que de acordo com uma lógica conservadora de expansão do modelo, criando um clima de instabilidade e dispensabilidade individual.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Existem, atualmente, alguns exemplos de tentativas organizacionais alternativas ao modelo tecnoburocrático. Contudo, quando essas experiências de autogestão e cooperativismo procuram fundamentar-se apenas numa solidariedade do tipo da que se encontra, ou se pretende encontrar, segundo cada autor, no interior da classe trabalhadora, e que possui um componente de reação a uma situação de exploração, comete-se uma confusão conceitual cuja expressão, na prática produtiva, são a ineficiência e a desorganização.

Formas amplamente democráticas e participativas de organização do trabalho representam outro estágio no conjunto das lutas sociais, devendo, portanto, inaugurar formas de solidariedade intragrupo diferentes das até agora praticadas. Um dos desafios para a sedimentação dessas formas alternativas de produção passa por conseguir conciliar a gestão coletiva com a participação diferenciada no trabalho e na remuneração, de uma forma legitimada pelo consenso.

É importante não confundir solidariedade conjuntural intragrupo com o desenvolvimento de formas novas de organização, surgidas no contexto de lutas sociais, e que compõem o processo evolutivo das organizações. Porém, por outro lado, a adoção simples da solidariedade característica de uma posição subalterna de classe, no âmbito de uma experiência radicalmente distinta como, por exemplo, a autogestão, pode degenerar numa postura populista ou paternalista com relação ao Estado, e numa prática produtiva inviável no mercado.

Para compreender a tecnoburocracia, é preciso uma definição prévia do modelo mais geral de interpretação da sociedade. A análise, aqui proposta, privilegia o conflito interno à tecnoburocracia e destaca a tentativa de reprodução automática, em experiências de autogestão e cooperativismo, de uma solidariedade característica de posições subalternas.¹⁴

Procurar entender a tecnoburocracia, desde uma lógica de inspiração dialética, é procurar entender também seu oposto, a organização autônoma dos trabalhadores. Na situação atual, porém, a própria percepção do papel da tecnoburocracia não parece muito clara ao nível teórico, ou pelo menos pouco consensual. A reflexão a respeito do tema, com o confronto de idéias e posturas metodológicas, parece um caminho natural para tentar avançar a sua compreensão. □

14. Se esta linha de raciocínio, onde o conflito entre os agentes sociais é destacado, for levada adiante, num primeiro instante, desloca o modelo de análise da percepção marxista de luta de classes (num sentido amplo), para o conceito liberal de homem em luta com os semelhantes para maximizar sua satisfação. Se este mesmo conceito for levado ao limite, ou seja, tomando a luta como um fim em si mesma, ou como um momento nobre da existência, chega-se à lógica de Nietzsche: "Quando se chega a uma certa independência, se quer mais: é feita uma seleção segundo o grau de força; o indivíduo não se coloca desde o início como um igual, senão que busca seus iguais e separa de si os outros. Ao individualismo, se segue a formação de membros e órgãos, as tendências afins se reúnem e trabalham como poder; entre estes centros de poder ocorrem atritos leves, guerras, reconhecimento de forças recíprocas, compensações, aproximações, definição de uma troca de prestações. Concluindo: Uma Hierarquia... Se quer a liberdade enquanto não se tem, ainda, o poder. Quando se tem o poder, se quer o predomínio; se este não se consegue (por ser demasiado fraco para conquistá-lo), se quer a justiça, isto é: um poder igual". NIETZSCHE, Federico. *Obras Completas: La Voluntad de Dominio*. Buenos Aires, Aguilar, vol. X, 1958, p.44.